

Educação estética em Abya Yala: inter-relações entre o pensamento freiriano e o Bem Viver¹

Aesthetic education in Abya Yala: interrelations between Freirean thought and the Good Living

Marília Claudia Favreto Sinãni²
Aline Accorssi³

Resumo:

Este artigo parte da premissa da indissociabilidade entre razão e sensibilidade na formação estética dos/as educandos/as, de modo a sistematizar estudos que problematizam o legado ocidental hegemônico inscrito no campo epistêmico. A concepção “bancária” que configura a educação, tende a fazer com que a população estude de forma isolada arte e estética, dentro dos paradigmas do pensamento ocidental, deslegitimando os demais saberes emotivo-intelectuais produzidos no contexto de Abya Yala. Assim, neste artigo procura-se refletir sobre como a estética do ponto de vista dos povos originários da etnia Boe, Wayana, Potiguara e Yanomami, se inter-relacionam ao pensamento freiriano e aos estudos sobre Bem Viver, prática proposta nos Novos Constitucionalismos Latino-americanos do Equador e da Bolívia. Para isso, discute-se o campo da educação estética numa perspectiva libertadora e decolonial, ação que exige abertura a aprender com os saberes milenares dos povos originários e traçar caminhos para uma formação humana construída no horizonte do Bem Viver, da comunhão e da solidariedade dos existires. Como resultado, aponta-se para a importância de refletir sobre a existência de estéticas e artes no plural, na busca por criar alternativas epistêmicas dispostas a aprender com as cosmovisões indígenas.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Educação. Estéticas Decoloniais. Humanização.

Abstract:

This article starts from the premise of the inseparability between reason and sensibility in the aesthetic formation of the students, in order to systematize studies that problematize the hegemonic Western legacy inscribed in the epistemic field. The "banking" conception that shapes education tends to make the population study art and aesthetics in an isolated way, within the paradigms of Western thought, delegitimizing the other emotional-intellectual knowledge produced in the Abya Yala context. Thus, this article seeks to reflect on how aesthetics from the point of view of the indigenous people of the Boe, Wayana, Potiguara, and Yanomami ethnic groups are interrelated with Freirean thought and with studies on Good Living, a practice proposed in the New Latin American Constitutionalisms of Ecuador and Bolivia. For this, the field of aesthetic education is discussed from a liberating and decolonial perspective, an action that requires openness to learn from the millenary knowledge of the native peoples and to trace paths for a human formation built on the horizon of the Good Living, of communion and solidarity of existents. As a result, it points to the importance of reflecting on the existence of

¹ O presente artigo é o recorte da dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação intitulada *Imagens e memórias: tecendo caminhos para uma educação estética libertadora e decolonial*. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas e Doutoranda na mesma instituição. Possui graduação em Artes Visuais – Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Integrante do Grupo Mariposas: minorias sociais, resistências e práticas de transformação. E-mail: profmariliasinani@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5135-9484>.

³ Professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo Mariposas: minorias sociais, resistências e práticas de transformação. E-mail: alineaccorssi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8361-3475>.

aesthetics and arts in plural, in the search for creating epistemic alternatives willing to learn from indigenous cosmovisions.

Keywords: Latin America and the Caribbean. Education. Decolonial Aesthetics. Humanization.

Introdução

Partimos dos estudos decoloniais, em inter-relação com o pensamento freiriano, para realizar uma sistematização de saberes pertinentes a discussão sobre os processos de desumanização e desesperança, gerados por dicotomias hierárquicas, que restringem a formação estética de educandos/as aos parâmetros unidimensionais e unilineares.

Da era moderna à contemporaneidade, o contexto de Abya Yala⁴ é organizado por processos de divisões e contradições que desumanizam e separam seres e saberes entre civilizados/as e primitivos/as, superiores e inferiores, opressores/as e oprimidos/as. Secularmente chamados de primitivos/as pelo Norte global (Europa e América do Norte), os povos originários são um dos exemplos dos tantos grupos historicamente submetidos a viver à margem da sociedade, sendo alvos de falácias desenvolvimentistas e conceitos ‘universais’ que regulam o conhecimento e favorecem a formação de seres duais e contraditórios/as, proibidos/as de serem mais⁵ (Freire, 2013a).

As epistemologias do Norte produzem dicotomias hierárquicas e legitimam concepções hegemônicas para dominar as epistemologias do Sul, aquelas cujos conhecimentos são construídos na resistência contra as estruturas opressoras. Para as epistemologias do Sul, os seres humanos se relacionam com as coisas reais do mundo e estas afetam a subjetividade, seja na sensibilidade-inteligente ou na inteligência-sensitiva (Dussel, 2019), mas para as epistemologias do Norte, “valorizar os sentidos enquanto fontes de conhecimento está fora de questão. Só a mente conhece, só a razão é transparente relativamente ao que é conhecido e, portanto, só a razão merece credibilidade” (Santos, 2019, p. 37).

Conforme Freire (2013a) aponta, somos seres históricos e culturais que vivem na situação opressora, portanto, acabamos por construir nossas concepções de mundo de acordo com as hierarquias existentes nas estruturas opressoras. Assim, na intenção de problematizar as

⁴ Na língua do povo Kuna, Abya Yala significa “Terra madura” ou “Terra viva” e é utilizada como sinônimo de América com o intuito de apropriarmos-nos de nosso contexto histórico-cultural, criando e validando um novo léxico político. (Porto-Gonçalves, 2009).

⁵ O termo *ser mais* é utilizado por Paulo Freire para se referir à vocação ontológica e histórica dos seres humanos. A vocação de ser mais é uma busca, distorcê-la ou negá-la é uma estratégia de desumanização que faz as pessoas serem menos.

dicotomias impostas pelo Norte global, propomos, neste artigo, pensar a estética pelo ponto de vista das epistemologias do Sul. Para isso, apresentamos alguns dos conhecimentos produzidos e experienciados pelos grupos Boe, Wayana, Potiguara e Yanomami, inter-relacionados com o pensamento de Paulo Freire (2013a, 2013b, 2017), considerando os estudos decoloniais (Sousa, 2019; Dussel, 2019, 1997) e o horizonte do Bem Viver (Macas, 2010; Friggeri, 2017, 2022; Quijano, 2010).

As experiências e os conhecimentos sobre estéticas dos povos originários Boe, Wayana, Potiguara e Yanomami surgem neste estudo como alternativa epistêmica para pensar a educação estética aberta a aprender com as experiências dos povos originários, compreendendo a razão e a sensibilidade como indissociáveis na educação libertadora. Uma não se sobrepõe sobre a outra, não deve haver disputas entre superioridade e inferioridade, essa visão de mundo binária carrega consigo conceitos racistas que se estendem para as nossas relações sociais. Na intenção de superar a desumanização, propomos pensar as estéticas do ponto de vista das epistemologias do Sul, construindo junto com o pensamento de Freire e o Bem Viver uma educação estética mais humanizadora e solidária.

1. Estética e arte na perspectiva ocidental

O conceito de estética conhecido em Abya Yala foi construído pelo olhar e discurso eurocêntrico unilinear do homem branco ocidental. A concepção de estética acessada nos espaços institucionalizados reforça os discursos hegemônicos da cultura ocidentalocêntrica, reguladora das epistemologias do Norte, enquanto as epistemologias do Sul são inferiorizadas (Santos, 2019). Através de regimes inscritos no campo epistêmico, regulam-se as esferas do conhecimento, por isso, partimos do ponto de vista das epistemologias do Sul para tecermos reflexões sobre estética.

No século XVIII, Baumgarten retomou a palavra grega *aesthesis* ou *aisthesis* – que se referia à ação do sentir – para inventar a estética como um conceito filosófico fechado pelos ideais “civilizatórios”, fundamentando a estética dominante do Norte. Autores como Baumgarten e Kant foram utilizados como base teórica para fundamentar um conceito de estética eurocêntrico e baseado na “beleza”, concepção preponderante que indica dicotomias no campo do conhecimento, estendendo-se para as relações sociais de corpos e memórias (Gómez e Mignolo, 2012; Dussel, 1997, 2019).

A partir de uma visão “universal”, Baumgarten restringiu a estética a concepções eurocêntricas canonizadas de arte e beleza, reduzindo a sua amplitude e abrindo espaço para a

regulação de gostos e colonização de subjetividades (Dussel, 1997). A estética eurocêntrica colonizou e limitou a *aisthesis* em sua função cognitiva. Ao restringir a estética à arte e à beleza, Baumgarten estabelece uma hierarquia repressiva que separa razão da sensibilidade, abrindo espaço para que se compreenda a racionalidade como uma faculdade superior ao sentir.

A cultura ocidentocêntrica, com seus princípios cristãos, faz a distinção entre corpo e natureza, razão e sensibilidade. Essa separação reproduz o dualismo cartesiano que hierarquiza o campo do conhecimento e o configura com conceitos ‘universais’, na qual a razão é tida como uma faculdade superior à sensibilidade e às experiências sensoriais, e tudo o que não se conforma na racionalidade é compreendido como primitivo, emotivista e inferior. A ciência moderna que constitui as epistemologias do Norte, concebe o intelecto como único que nos dá provas “verdadeiras” de existência no mundo, com isso, seja nas concepções da filosofia ocidental desenvolvida por Kant ou Descartes, o sujeito é sempre separado do objeto e tido como racional, extinguindo o caráter corpóreo e sensorial do conhecimento (Santos, 2019).

Conforme Palermo (2009), a visão binária de mundo incutiu dicotomias hierarquizadas no campo das artes visuais e demais ciências que também compreendem de forma dividida a superioridade e a inferioridade; o ser humano e a natureza; aquilo que é bom e aquilo que é mau; o “civilizado” e o selvagem; o corpo e o espírito; a arte e o artesanato, entre outras. Como forma de naturalizar a desumanização, fortalecer os privilégios epistêmicos dos homens brancos ocidentais e monopolizar o conhecimento, praticou-se o epistemicídio/genocídio para destruir e/ou inferiorizar os saberes e os seres humanos que os produzem desde o Sul (Grosfoguel, 2016; Santos, 2019).

Os povos originários sofreram e sofrem até hoje com o epistemicídio/genocídio que segue destruindo suas organizações políticas, econômicas, culturais, seus saberes há séculos desprezados pelos dominantes. Julgados como menores e sem beleza, os conhecimentos estéticos e as produções artísticas dos povos originários são historicamente deixadas nos guetos histórico-culturais (Freire, 2017), na exterioridade do sistema⁶. Se as obras de arte carregam a função social de rememorar e reafirmar a identidade das comunidades, quando destruídas pela modernidade, silencia os povos originários, realizando o epistemicídio/genocídio e também o esteticídio, responsáveis por inibir as capacidades de auto expressão e auto representação através da exaltação de uma estética ocidental, mundial e eurocêntrica (Dussel, 2019).

⁶ Compreendemos por Exterioridade aquela que é apresentada por Enrique Dussel (1997) como formações sociais periféricas em que os oprimidos negam o sistema e a afirmação da totalidade porque nunca estiveram dentro dela e não deixam de ter sua cultura, história, conhecimento, mesmo que situados externos a ela.

Há um mito colonizador na arte que oprime a existência daqueles/as situados/as na exterioridade do sistema e fortalece os discursos hegemônicos que nos fazem compreendê-la como um termo isolado, quando deveria ser compreendida no plural, por se referir a diversos fazeres artísticos. Para Oliveira (2019, p. 73), o termo mito é tratado:

[...] como uma construção simbólica que fundamenta um discurso, ou seja, como uma narrativa que constrói um sistema de crenças que são assumidas como verdadeiras, válidas e funcionais por uma dada coletividade. É neste sentido que a pureza é um mito que a arte europeia tentou performar por meio da construção da ilusão de sua universalidade, pois a arte, como a entendemos, é uma invenção europeia.

A concepção de que a arte europeia colonial é “pura” está ligada à importância de retratar aquilo que é “belo” e “superior” nas obras de arte, representando a visão do vencedor da história, o lado do colonizador que é visto como detentor do conhecimento por trazer a “civilização”, uma retórica salvacionista, como podemos observar na gravura de Van Der Straet (Figura 1). A obra retrata o processo de colonização como um encontro entre a mulher (América) e o colonizador (Europa Ocidental), representado como um homem branco civilizado, aquele que detém o conhecimento, a ciência e a religião. O homem é representado como figura patriarcal dominante, aquele que traz o desenvolvimento para as terras que explora, enquanto a mulher representa a natureza a ser explorada, a que recebe de forma passiva e submissa o que ele tem a oferecer. Esta visão eurocêntrica e patriarcal reforça a dicotomia ativo e passivo que se estende para as obras de arte até a contemporaneidade, como se a violência fosse natural e justificável.

FIGURA 1: Gravura de Van Der Straet que mostra o encontro da Europa com a América (c. 1600).



Fonte: Google Imagens.

Observada de forma crítica, a gravura contribui também para visualizarmos como as dicotomias interferem no modo como os povos originários ainda são negados na história da arte. Freire (2017) denuncia que a branquitude brasileira, além de dominar a cultura e expropriar as terras dos povos originários, também os consideram inferiores e incapazes “por natureza”, um dos muitos discursos de desumanização inventados e enraizados na história. A história a qual nos referimos é aquela trazida pela cultura ocidentocêntrica do branco europeu e que configura a história da arte “universal”, formando concepções de mundo forjadas e fechadas ao ponto de sermos “educados/as” a acreditar que as proibições sociais, políticas e ideológicas não passam de inferioridade ontológica.

A universalidade da arte segue presente no âmbito acadêmico que a vê como única fonte de conhecimento “verdadeiro” e “racional”, em razão disso, identifica-se aqui relações de poder que reduzem os demais saberes à posição do não-ser. Esta redução diz respeito a um processo de desumanização em que a arte sofre distorções e apropriações até se tornar “configuração de um universo de distinção para exercer poder sobre aqueles que a ele não pertencem. Por isso, quando fazemos a questão ‘Isto é arte?’ estamos perguntando: ‘Isso cabe na prestigiada categoria das Belas Artes?’” (Oliveira, 2019, p. 74)

As vivências estéticas do mundo indígena cabem na prestigiada categoria das Belas Artes? Os saberes indígenas têm visibilidade na formação estética trabalhada no contexto escolar? Nas aulas de história da arte e cultura brasileira nas universidades, conhecemos o mundo indígena representado pela estética dominante do Norte, ou pelas estéticas produzidas por povos originários? É possível criar alternativas epistêmicas para superar as dicotomias por meio da educação estética?

Na intenção de refletir sobre estas questões e buscar horizontes para a educação estética libertadora e decolonial, construímos pontes que inter-relacionam o pensamento freiriano e o Bem Viver para, a partir das estéticas dos povos originários, problematizar as estruturas racistas e recusarmos as regras e normas impostas pelo dualismo cartesiano.

2. Estéticas dos povos originários, pensamento freiriano e Bem Viver

Por não se conformarem às separações de razão e sensibilidade ou corpo e natureza, as experiências e manifestações artístico-culturais dos povos originários, vistas como o “outro” pelo mundo acadêmico ocidentalizado (Friggeri, 2017), recusam as regras da arte impostas pelo universo ocidental e sofrem a necroestética:

As obras estéticas não-modernas, desde a Tawantinsuyu andina até a China dos Ming, são objeto de um juízo estético, de uma necroestética, que as deixa na exterioridade do não-ser, na exclusão, ao se enquadrá-las como obras estéticas dos povos das culturas coloniais (Dussel, 2019, p. 28).

Situados na exterioridade do não-ser, os povos originários são historicamente e culturalmente oprimidos, e têm o seu direito de *ser mais* distorcido e/ou negado. *Ser mais* surge neste estudo como a expressão da natureza humana em processo de estar sendo e buscando formas de superar a situação opressora (Freire, 2013a). Entretanto, ter o direito de *ser mais* negado, provoca distorções na história e na forma como os povos originários são vistos ao longo do tempo, e por isso é preciso buscar formas de desnaturalizar os processos contínuos de desumanização. Nesta seção, junto às experiências estéticas dos povos originários e suas lutas não coloniais, propomos pensar a estética de forma mais aberta e plural, como espaço de liberdade, intervenção crítica e rompimento com aquilo que não é favorável à humanização.

No dicionário Paulo Freire, o verbete escrito por Redin (2010, p. 165) discorre que “a estética, como forma sensível de estar no mundo, implica o envolvimento consciente com a realidade, na presença humanizante em todos os espaços que favorecem a vida”, ou seja, a estética diz respeito à sensibilidade humana, estando ligada aos seres e aos ambientes vitais na natureza. Dussel (1997, 2019), estudioso de Freire e da decolonialidade, recorre à origem ontológica do termo estética, a *aisthesis* como filosofia da sensibilidade, com o objetivo de propor que, para construir aberturas capazes de ir além das regras estéticas impostas pelos ideais modernos, é necessário buscar formas de liberar a *aisthesis*. Essa ação de liberação exige um desprendimento da estética dominante do Norte e uma abertura para compreender as estéticas do Sul como alternativas epistêmicas de compreensão do mundo como ele é, aberto e plural, por se fazer.

Liberar a *aisthesis* dos paradigmas dominantes da estética do Norte é um convite para ver o campo das artes como um meio de produzir e vivenciar experiências estéticas emotivo-intelectuais ou sensível-cognitivas como expressão e vontade de vida; de abrir-se a conhecer e aprender com as estéticas do Sul; de entender que as estéticas são uma faculdade complexa constituída pela unidade emotivo-intelectual, indissociáveis (Dussel, 2019). Se o campo epistêmico separa a razão da sensibilidade como regra estética fundamental e, se as artes visuais são reguladas nesta lógica universalista, é importante pensarmos as estéticas e as artes de forma plural, junto com os povos originários.

Acreditamos na potência das práticas comunitárias ancestrais não coloniais discutidas no Bem Viver, para construir coletivamente os conhecimentos sobre estéticas, junto aos saberes

milenares das cosmovisões dos povos originários. Trazemos aqui alguns exemplos de vivências estéticas produzidas por povos originários, concepções que nos convidam a ampliar nossas discussões sobre estéticas que não hierarquizam corpo e espírito, pelo contrário, compreendem que o conhecimento é uma atividade também corpórea⁷ e sensível que se manifesta nos corpos vivos, portanto, não há separações.

O Bem Viver, *Sumak Kawsay* em Quéchuá ou *Suma Qamaña*, em Aymará, não é interesse apenas da luta dos movimentos indígenas, é uma ideia comunitária que não tem donos/as e está aberta para discussões de todos/as (Gudynas, 2010). Por não ter caráter antropocêntrico, o Bem Viver não vê somente o ser humano no centro de tudo, pelo contrário, compreende que viver bem é estar em harmonia com todas as vidas. Nessa busca, pressupõe que o biocentrismo ancestral carrega um enorme potencial epistêmico e político para se pensar o Bem Viver, pois propõe o respeito por todas as existências na Terra, sem priorizar uma sobre a outra e, na sua fundamentação, considera as cosmovisões indígenas com seus saberes milenares ancestrais não coloniais (Friggeri, 2022).

Presente nos Novos Constitucionalismos Latino-americanos do Equador e da Bolívia, o Bem Viver traz práticas revolucionárias alternativas às práticas ocidentais que vêm destruindo a natureza e a vida humana através da justificativa de que estão preocupados/as com o “desenvolvimento”. Reforçadoras das visões binárias de mundo, a estética e a arte dominantes do Norte, há séculos, representam os povos originários como raças inferiores que vão contra o “desenvolvimento” e o “progresso”. Mas, afinal, é “desenvolvimento” e “progresso” para quem? Levando em consideração que as suas práticas colocam em risco todas as formas de vida na Terra e “bajo su imposición, hoy estamos matándonos entre nosotros y destruyendo nuestro común hogar” (Quijano, 2010, p. 55).

Kopenawa⁸, porta-voz Yanomami, conta que os homens brancos ocidentais veem tudo e a todos/as como mercadorias e, por isso, destroem o próprio lugar que vivem:

Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios. Agora querem fazer a mesma coisa na nossa terra (Kopenawa e Albert, 2015, p. 407).

⁷ Santos (2019) traz características das epistemologias do Sul que se fazem presentes neste estudo, sendo uma delas a forma como o conhecimento é corporizado. Enquanto as epistemologias do Norte distinguem corpo e alma, as epistemologias do Sul os veem como inseparáveis.

⁸ Davi Kopenawa é escritor, xamã e porta-voz Yanomami. Fala desde seu grupo localizado na região do Amazonas.

Um exemplo que demonstra o que Kopenawa já problematizava, é a invasão dos garimpeiros nas terras Yanomami que, denunciadas diversas vezes, foi negligenciada e as práticas de violência só vieram a público através das grandes mídias no início de 2023⁹. Coll e Menezes (2023) apontam que além dos garimpeiros ilegais terem tomado conta da Terra Indígena Yanomami e contaminado os rios, também cometeram abusos diários contra mulheres e crianças da região. Diante de terras e corpos explorados, seres humanos e natureza invadidos, a violência é naturalizada e os povos originários são representados como contrários ao “progresso” econômico. Situações como as que os povos Yanomami vêm sofrendo, demonstram que as estratégias de genocídio/epistemicídio não cessaram, apenas adquiriram novas roupagens. A negligência por parte do Estado em relação aos povos originários é uma herança histórica dos processos de desumanização ainda recorrentes na sociedade atual.

A escritora e pesquisadora indígena potiguara¹⁰ Graça Graúna (2018) faz uso da escrevivência para tecer críticas ao meio acadêmico, pois o considera um espaço que segue perpetuando no campo epistêmico a visão binária racista e produtora de narrativas de que o mundo indígena é contra o “progresso”:

[...] a indiferença e o descaso ocorrem também no meio universitário, onde nos deparamos com pessoas que trazem uma visão estereotipada acerca do indígena. Até compreendo que isto ainda aconteça, pois os estudantes, em geral, ainda carregam os “ensinamentos” de uma educação bancária. Entendo que muitos não foram incentivados a respeitar o ser indígena, a estudar e pesquisar acerca dos diferentes povos originários deste país. Infelizmente, os equívocos de Colombo ainda perduram; pois muitos ainda carregam a noção de que nós, indígenas, somos preguiçosos, dissimulados, ignorantes; tratam a nós, indígenas, como se fôssemos seres irracionais e invisíveis; querem falar por nós, escrever por nós (Graúna, 2018, p. 223).

Até hoje, os povos originários não têm o direito à auto expressão e à auto representação, são definidos e compreendidos pelas lentes coloniais que configuram o conhecimento. Desde o seu local de inserção, Graúna (2018) aponta que a visão estereotipada sobre os povos originários é reforçada devido aos “ensinamentos” de uma concepção “bancária” da educação que, para Freire (2013a), é uma visão distorcida refletora da sociedade opressora, em que não há transformação, nem criatividade, nem saber. Por se fazer na dimensão da “cultura do silêncio”¹¹, a prática “bancária” da educação se resume a depositar conteúdos nos/as

⁹ Apesar dos pedidos de ajuda enviados e ignorados pelo Estado nos últimos anos, somente em 2023 a imprensa brasileira noticiou as situações de violência cometidas contra os povos Yanomami.

¹⁰ Graça Graúna é indígena potiguara, um grupo indígena falante da língua Tupi-guarani que habitava a região nordestina do Ceará, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. Atualmente, localizam-se na aldeia dos Potiguaras no Sagi – RN.

¹¹ Nos livros *Pedagogia do Oprimido* e *Ação Cultural para a Liberdade*, Paulo Freire aponta que a “cultura do silêncio” é gerada na estrutura opressora e mantém as pessoas passivas e submissas a relações de dependência,

educandos/as ao invés de construir o conhecimento com eles/as, corroborando para a manutenção da dicotomia corpo-mundo e a desumanização que limita a busca por *ser mais*.

Freire (2013a, 2017) nos deixou o legado de buscar formas para superar a desumanização e as contradições sociais por meio da educação, compreendendo que a libertação dos povos oprimidos só é possível se feita em comunhão, como um ato-reflexão coletivo. Luis Macas (2010), indígena kichwa saraguro, reflete que enquanto o pensamento ocidental antropocêntrico nos forma nos parâmetros individualistas do sistema hegemônico capitalista colonial, as cosmovisões dos povos originários são milenárias e comunitárias, coletivas e construídas na reciprocidade¹², respeitando a relação do ser humano com a natureza, sem a necessidade de separar corpo de espírito, ser humano de natureza, ética de estética.

A etnia Boe (*Bóe é-wa*), por exemplo, tem vivências estéticas e outros materiais importantes para pensarmos a prática do Bem Viver no contexto de Abya Yala. Embora esta etnia seja formada por clãs (*Ecerae*¹³ e *Tugo Arege*¹⁴) – distintos entre si na cultura material e imaterial – dentro da aldeia, não há sobreposição hierárquica porque acreditam que uma parte não existe sem a outra, portanto, as suas relações sociais são pautadas na reciprocidade.

As experiências estéticas Boe (Figura 2) estão na vivência dos ritos que são consideradas “práticas artísticas intrínsecas à vida, sendo que a fruição das mesmas propicia a formação corpórea dessa etnia indígena, ou seja, possibilita o conhecimento acerca da sua identidade mediante determinada afetação sensorial e cognitiva” (Lecci, 2019, p. 88). Um exemplo de experiência estética desprendida do caráter mítico-estético ocidental é o rito funeral Boe, realizado com a produção e utilização de objetos artísticos, pinturas corporais, danças e cantos na língua originária *Boe Wadáru* que, passadas de geração para geração, reafirmam sua cultura e revitalizam a identidade do grupo a partir da educação corpórea.

De acordo com os anciões e anciãs, por meio dos cantos, os indígenas Boe revivem a história de seus chefes ancestrais ao rememorarem seus feitos. Desse modo, os costumes e hábitos originários são revitalizados na aldeia. Na presentificação dos seres mitológicos, mediante os cantos, os Boe compreendem quem são, de fato, e assim se tem assegurado a permanência dessa identidade para os tempos vindouros. Os cantos trazem à tona os sentimentos e a compreensão em torno do pertencimento étnico clânico por possibilitarem o acesso a sua história ancestral (Lecci, 2019, p. 96).

além de naturalizar percepções fatalistas sobre as práticas de violência sofridas. Na “cultura do silêncio”, o corpo não tem voz, apenas reproduz as ordens dos que estão no controle, ação que proíbe as pessoas serem mais.

¹² Para Luis Maca (2010) esse é um dos princípios de harmonia para o Bem Viver que estão presentes na Chakana, símbolo que expressa os saberes das nações de Abya Yala e organiza o Sumak Kawsay entre: Reciprocidade (*Ranti Ranti* o *Maki Maki*), Integralidade (*Pura* o *Tukuy Pura*), Complementaridade (*Yananti*) e Relacionalidade (*Tinkuy*).

¹³ Esse clã vive ao norte da aldeia Boe.

¹⁴ Esse clã localiza-se ao sul da aldeia.

Quando Lecci (2019, p. 88) afirma que o conhecimento sobre identidade do grupo Boe se dá pela “afetação sensorial e cognitiva”, encontramos uma forma alternativa de pensar que os sentidos e os corpos são ativos nas vivências estéticas, portanto, não precisamos estar amarrados/as à separação entre razão e sensibilidade porque o conhecimento estético é sensitivo e intelectual, uma atividade corpórea e vital. Por meio da rememoração e da educação corpórea de caráter cosmológico, as experiências estéticas Boe, buscam manter vivas a consciência histórica, ancestral e cultural coletiva não apenas para se sentirem pertencentes ao grupo, mas também para nunca esquecerem que as suas existências foram submetidas à dominação física no contato com o colonizador. Assim, preserva-se a identidade, a história, a cultura e a ancestralidade na concepção de mundo dos Boe.

A organização do rito funeral Boe é organizada de forma coletiva e a própria vivência desse grupo se concentra em viver de forma comunitária. Não há um/uma só responsável pelas práticas de conhecimento estético, histórico e cultural, não há posses e créditos no singular, todos/as são produtores/as do meio em que estão inseridos/as. Na contramão das concepções estéticas comunitárias Boe, na estética dominante do Norte sempre há um/uma dono/dona, um/uma artista visto/a como alguém “genial”¹⁵ que cria algo e é reconhecido/a de forma individual nos espaços institucionalizados. No lugar de reciprocidade e comunhão, há uma competição no mundo da arte em que arte e estética se tornam mercadorias (Garcia Canclini, 2000).

FIGURA 2: Primeiro enterro: parte dos rituais funerários dos bororos. Foto: Kim-Ir-Sen Pires Leal.



Fonte: Google Imagens.

¹⁵ Vê-se aqui o conceito de gênio do Kant que traz percepções hegemônicas reforçadoras das noções de superioridade vs. inferioridade, trazendo a ação de criar como um “dom” para poucos ao campo da estética.

As estéticas indígenas vão além da materialidade, dialogam com as esferas cosmológicas e pensam o bem viver entre humanos e não humanos, são práticas indissociáveis da vida e revelam noções alternativas para pensarmos o mundo. O corpo é valorizado nas estéticas indígenas porque são utilizados para expressar significados sociais e cosmológicos, e “em muitas sociedades indígenas, os saberes são pensados como estando alojados no próprio corpo de uma pessoa e, portanto, não se dissociam de seu conhecedor” (Velthem, 2019, p. 19). Tanto o corpo como o espírito estão presentes nas produções artísticas que resistem no mundo indígena, portanto, temos muito a aprender com as cosmovisões dos povos originários.

Após coletar dados do grupo Wayana¹⁶ para pensar as estéticas das nações originárias, Velthem (2019) apresenta que a produção de artefatos como cestos, bancos, colares, entre outros, contribuem para a construção do próprio indivíduo, ultrapassando a materialidade e expressando cosmovisões específicas:

Entre povos de língua Karib no norte amazônico, tais como os Yekuana, Makushi, Waiwai, Tiriyo, Kachuyana, Wayana, Aparai, diferentes elementos tais como pinturas corporais, sistemas gráficos, ornatos, artefatos, casas, roças, aldeias expressam cosmovisões específicas. Expressam, sobretudo, as concepções e práticas da identidade e da alteridade, relacionada a um amplo repertório de seres que não integram a vida social. Assinalam, desta forma, uma ligação ou uma continuidade que conecta os humanos aos não humanos, pois ambos compartilhariam um mesmo repertório, que tanto pode ser de grafismos, como de cantos, de músicas [...] (Velthem, 2019, p. 23).

Considerados como *artefatos-corpo* nas ontologias indígenas, as produções enquanto objetos artísticos e as vivências estéticas caminham juntos para que as pessoas pensem o mundo de forma coletiva e construam a sua própria identidade. Essa cosmovisão nos faz compreender que a objetividade não precisa ser entendida como algo separado da subjetividade, as coisas não são estáticas nem os destinos são dados, pode haver transformações. Para os Wayana, os artefatos também são ritualísticos e possuem caráter transformador, por isso são muito bem cuidados porque permitem “a materialização da cultura como transcendência” (Velthem, 2019, p. 27). Esse caráter transformador, ancestral e milenar expresso no que se produz por meio das técnicas artísticas também é utilizado pelos potiguaras, conforme explica Graúna:

Nunca é demais repetir que o nosso papel também é fazer Arte, pois reconhecemos outras formas de escrever e de ler o mundo. Aprendemos com os nossos anciãos, as nossas anciãs, que os colares, as esteiras, as pulseiras, as redes que nos embalam e outros artefatos que tecemos fazem parte da nossa escritura. Temos essa ciência. Isto faz parte dos nossos saberes. Desde criança, aprendemos a valorizar a nossa história,

¹⁶ Povo indígena que falam a língua Karib. Estão localizados no Brasil, Suriname e na Guiana Francesa. No Brasil, resistem com suas práticas culturais em aldeias situadas nas Terras Indígenas Parque do Tucumaque e Rio Paru d’Este, no norte do Estado do Pará. Compartilham o território com os Aparai, os Tiriyo, o Kaxuyana e os Wajãpi.

a nossa cultura, o nosso jeito de ser e de viver, ainda que tudo isso seja desvalorizado pelo “branco” ou, como reza o dizer politicamente correto, pelo “não indígena” (Graúna, 2018, p. 228).

Para os Yanomami¹⁷, as manifestações estéticas e as produções de artefatos não são vistas como mercadorias como é para a estética ocidental. Enquanto as estéticas do Norte focam em valorizar os objetos da arte, os povos Yanomami entendem que as suas produções materiais servem para deixar saudade após a morte e, por acreditarem que deste mundo nada se leva, objetos não precisam ser tão valorizados como na cultura do branco. As suas vivências estéticas estão mais concentradas nas danças e nos cantos utilizados em rituais, como aqueles em que os corpos dos xamãs servem de casa para receber os *xapiri*¹⁸ (Kopenawa e Albert, 2015).

Sob efeito de *yãkoana* – pó preparado com plantas colhidas na natureza –, os xamãs adentram um estado alucinógeno para entrar em contato com os espíritos portadores da sabedoria. Kopenawa e Albert (2015, p. 112) afirmam que os *xapiri* têm seus corpos imortais pintados com urucum, com “odores misturados das coisas da floresta e não tem o cheiro acre e perigoso do álcool dos perfumes da cidade”. Suas vivências estéticas se dão a partir do corpo-casa, na qual se comunicam cantando e dançando, ampliando os seus sentidos na relação corpo-espírito e corpo-natureza para a construção de saberes coletivos.

FIGURA 3: Cena do documentário Xapiri, 2012: povos yanomami em contato com espíritos Xapiri.



Fonte: Acervo pessoal.

Partimos dos exemplos de conhecimentos artísticos e estéticos produzidos pelos povos originários Boe, Wayana, Yanomami e Potiguara com o objetivo de compreender que as

¹⁷ As terras indígenas Yanomami se estendem do Brasil à Venezuela e veem a natureza como uma entidade viva. Falam seis línguas, sendo elas: Yanomami, sanoma, ninam, yanomami, yaroame e yãnoma.

¹⁸ Os Xapiri são imortais que só os xamãs conseguem ver. Kopenawa os chama de espíritos para ficar mais compreensível ao branco, mas não considera ser uma palavra da sua língua.

concepções e as experiências estéticas são intersensoriais e se constroem na reciprocidade, visões alternativas à visão colonial. São concepções estéticas que constituem as epistemologias do Sul e, quando dialogadas com o pensamento de Freire, nos dão abertura para pensar a educação estética de forma mais crítica, biocêntrica e humanizadora, no horizonte do Bem Viver.

3. Por uma educação estética plural e libertadora

Partindo do ponto de vista das epistemologias do Sul, no sentido de decolonizar a estética e liberar a *aisthesis*, entendemos que as artes visuais podem ser mediadoras na luta contra hegemônica e nos processos de humanização, mas devido a concepção “bancária” e a “cultura do silêncio” que regulam o campo epistêmico, a educação estética ainda se restringe a “ensinar” convenções que negam memórias e representações. Todavia, temos muito a aprender com os povos originários e o pensamento freiriano também contribui para a problematização dos discursos que alimentam as práticas de hegemonia colonial, bem como para a educação estética no horizonte do Bem Viver.

Preocupado com as dicotomias hierárquicas que desumanizam seres e silenciam saberes, o pensamento freiriano denuncia a invasão cultural e os seus efeitos na construção de subjetividades, reconhecendo que o processo de “conquista”, na verdade, foi uma ação violenta cujas táticas de dominação nos marcam até hoje. Freire partia da experiência dos países colonizados para refletir sobre o quanto a invasão cultural reflete nos processos de dominação que buscam “triturar a identidade cultural do dominado” (Freire, 2017, p. 22). Vivenciar um contexto dominado e formar-se a partir dele, é ser condicionado a reproduzir uma consciência opressora que castra o poder de criar e recriar das pessoas (Freire, 2013a).

Desde o seu local de inserção, como intelectual de fronteira e educador crítico, Paulo Freire denuncia os regimes e as práticas de desumanização, propondo em seu trabalho e experiências de vida, que os/as educadores/as e intelectuais atravessem as fronteiras culturais, teóricas e ideológicas para reinventar “tradições não-inseridas no discurso de submissão, reverência e repetição” (Giroux, 1998, p. 192). As culturas e tradições dos povos originários são condicionadas a serem produzidas na exterioridade do sistema, nas periferias histórico-culturais, e são deslegitimadas como formas de conhecimento. Embora muito se ouça e leia sobre preservação das culturas indígenas, rigoroso com os conceitos utilizados, Freire (2017) afirma que as preservar não é sinônimo de respeitá-las.

Conservar e preservar culturas não seria compreendê-las como estáticas? Respeitar as culturas dos povos originários, pelo contrário, é compreender o dinamismo das culturas, como algo em movimento, por se fazer. Tomemos como exemplo as experiências estéticas dos povos Wayana que produzem arte e a realidade em que vivem, ao mesmo tempo em que produzem a si mesmos. Entendendo que viver é também recriar, Freire (2017) aponta que nos reinventamos na medida que nos encontramos com outras pessoas e trocamos saberes, em coletividade e comunhão, tornando possível uma formação mais humana, criativa, recíproca e transformadora.

Além de suas obras denunciarem as condições de desumanização e proporem novas práticas ao campo epistêmico, em sua vida, Paulo Freire também se comprometeu a lutar pela libertação, dispondo-se a aprender com os movimentos populares e seus conhecimentos ancestrais. Suas reflexões e práticas contra a situação opressora parecem ir ao encontro dos aportes decoloniais que constituem a concepção do Bem Viver, pois buscam formas mais justas de todas as vidas viverem bem e em harmonia. Estas perspectivas nos convidam a também assumir uma postura crítica e a propor questões pertinentes neste estudo: a educação estética em artes está propiciando espaços dialógicos que visibilizam as produções e existências dos povos originários, ou apenas contribuindo para a manutenção de hierarquias e estereótipos que os excluem? Somente aprendemos *sobre* os povos originários ou aprendemos *com* eles?

Oliveira (2019) discute que, embora encontremos produções culturais de intelectuais e artistas indígenas em espaços institucionalizados¹⁹, estes seguem sendo lugares de prestígio individualista que incorporam produções não-ocidentais para criar a sensação de inclusão, mas carrega em si os interesses econômicos e/ou a valorização do exotismo, portanto, não geram sequer o respeito pelo mundo indígena, apenas curiosidade ou repulsa. Isso acontece também em relação às referências visuais (mapas, ilustrações, desenhos, registros de história natural, etc.) presentes na história da arte e na estética colonizadas que acessamos hoje como se fosse nossa. Desde os registros do “Novo Mundo”, há concepções sobre estética e arte reforçadoras da dualidade de caráter mítico-estético que “tanto encanta e atrai, pela natureza abundante, sensual e amena, quanto aterroriza e instila a ira pelas ameaças da selva virgem e do clima tropical, pela suposta ausência de leis e normas morais, pelo paganismo escandaloso e a ignomínia canibal” (Sevcenko, 1995, s/p).

Trabalhar com as estéticas dos povos originários no contexto escolar vai muito além de fazer painéis que “comemoram” o dia 19 de abril como dia do indígena; de distribuir um

¹⁹ São exemplos de espaços institucionalizados museus, galerias e a própria universidade, que ainda seguem as normas estéticas ocidentais.

desenho com a figura do/a indígena estereotipado/a para os/as educandos/as colorirem; de apresentar uma referência sobre os povos originários por ano, isso quando não é uma imagem que os representam somente a partir do ponto de vista do colonizador; é reconhecer as violências coloniais preponderantes nas epistemologias do Norte e expressas na educação estética em arte. Assumir uma atitude decolonial e crítica para construir uma educação estética mais humanizadora exige que aprendamos com os povos originários e suas cosmovisões, assim como Paulo Freire buscou fazê-lo e como o Bem Viver propõe nos Novos Constitucionalismos Latino-americanos.

Indo ao encontro das epistemologias do Sul e do Bem Viver, compreendemos que assumir práticas comunitárias e recíprocas na construção do conhecimento estético não se trata de um saber-sobre, mas um saber-com os povos originários. Santos (2019), defende que saber-com contribui para a desnaturalização da dominação e restaura a esperança das pessoas que vivem em condições indignas de vida. A desumanização e a desesperança são realidades na situação opressora que vivenciamos, são estratégias de dominação que nos imobiliza e é por isso que precisamos restaurar a esperança como uma necessidade ontológica do ser humano de luta para melhorar as condições do mundo (Freire, 2013b).

Traçando caminhos para ir ao encontro do Bem Viver, percebemos que Freire já denunciava a falácia desenvolvimentista por trás da invasão cultural e econômica em Abya Yala, considerando que a dominação não é apenas física ou visível, às vezes é uma ação “camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda” (Freire, 2013a, p. 158). Se observarmos de forma crítica o ponto de vista do branco ocidental, veremos que ao mesmo tempo em que se afirma a inferioridade dos povos originários na história, também se reforça a imagem de “bom selvagem” que deve trabalhar a favor do “desenvolvimento” do país, explorando a mão-de-obra dos mesmos a serviço dos interesses da branquitude.

[...] ao pretender expropriar os indígenas de suas condições materiais verdadeiramente nacionais, então pretendem oferecer nessa busca de conquista do ser cultural do dominado, pretendem iniciá-lo em destrezas importantes para a branquitude. Mas essas destrezas são mínimas porque o que precisa do interditar os indígenas para servir melhor a branquitude pura é exatamente uma meia dúzia de conhecimentos, para com esses conhecimentos se tornar uma mão de obra semiquificada com a vocação de continuar tão explorada como a do operário. Isso é o que para certa branquitude brasileira significa a integração do índio à brasilidade (Freire, 2017, p. 23).

Os movimentos dos povos originários têm práticas e saberes ancestrais que desafiam o modo como o conhecimento em Abya Yala vem sendo organizado. Desde a Era moderna, a situação opressora foi adquirindo novas roupagens, estendendo suas estratégias de dominação ao mundo capitalista em que vivemos. Na busca por transformar a realidade, os povos

originários resistem e re-existem na exterioridade do sistema, e os seus saberes nos dão aportes para juntos/as construirmos alternativas epistêmicas críticas e libertadoras.

Não basta aprender sobre os povos originários, é preciso aprender com eles. As vivências estéticas dos povos Boe, Wayana, Yanomami e Potiguara, embora sejam grupos que se diferenciam nas suas raízes étnicas, formas de organização e demais práticas, têm como denominador comum suas cosmovisões ancestrais, biocêntricas e não coloniais. Além de terem surgido dos povos originários, esse denominador comum “resulta suficiente para identificá-lo como um fenómeno particular, vivo e identificable tanto em el ámbito político como en el de la construcción de conocimiento em nuestra América Latina” (Friggeri, 2017, p. 20).

Acreditamos que os saberes dos povos originários são uma fonte alternativa epistêmica potente para buscarmos formas de liberar a *aisthesis* da estética ocidental colonial. As cosmovisões dos povos originários não dividem razão de corporalidade (Friggeri, 2017), pensam o conhecimento como uma atividade sensitiva-intelectual e, por trazerem perspectivas e vivências de mundo desprendidas da racionalidade ocidental, nos dá aportes para refletir sobre as estéticas com maior abertura. Ao entrarmos em contato com as vivências estéticas dos povos Boe, Wayana e Potiguara, percebemos a existência de uma ancestralidade do saber que se preocupa com

[...] la validación del saber desde la experiencia milenaria de convivencia y de praxis de lucha por la vida reflexionada comunitariamente, arraigada em la vida comunitaria la cual implica también una comunidad con la “naturaleza” (entendida como Pachamama), y que es transmitida como herencia como un saber dinámico, historizado donde son posibles brotes nuevos, pero cuya fecundidad está relacionada a su comunicación con la raíz (Friggeri, 2017, p. 25).

Os povos originários, assim como os demais grupos populares latino-americanos, compartilham legados ancestrais em que conhecimentos são passados de geração para geração (Friggeri, 2017), assim, se mantêm vivos os saberes indissociáveis dos corpos que os produzem. Por ter um caráter transdisciplinar, essa forma alternativa epistêmica e ancestral de ver os saberes pode ser utilizada para questionarmos o que é visto como conhecimento nas universidades ocidentais e, pensando a prática do Bem Viver, reconhecer que a forma fechada em uma só visão de mundo tem caráter excludente. É preciso construir aberturas para novas discussões que legitimam a sabedoria popular como uma fonte de conhecimento. Acreditamos que essa visão comunitária na construção do conhecimento estético possui caráter revolucionário e, se o mundo é constituído por saberes e seres plurais, o conhecimento deve ser construído na coletividade e na reciprocidade.

Considerações finais

Conhecer algumas das vivências estéticas dos povos Wayana, Potiguara, Yanomami e Boe nos ajudam a visualizar que as suas produções artístico-culturais são plurais e não se restringem aos padrões estabelecidos pela estética dominante do Norte; não veem os corpos e saberes como mercadorias; o fazer artístico possui caráter comunitário e contribui no processo de tomar consciência de si e do mundo; a razão e a sensibilidade são pensadas juntas; e assim, revelam alternativas epistêmicas transformadoras e potentes para a superação das práticas “bancárias”.

Na busca por liberar a *aisthesis* dos padrões eurocêntricos, é importante considerar dois aspectos: no primeiro aspecto, se faz necessário questionar as dicotomias do mundo ocidental e para isso, o segundo aspecto aponta que precisamos transformar *arte* em *artes* e *estética* em *estéticas*, sair da singularidade para pensar de forma plural. Estes dois aspectos podem ser um grande desafio para nós que passamos por uma formação acadêmica reprodutora do saber ocidental como eixo central do pensamento. Mas, fazer este movimento é importante para construirmos uma educação estética dialógica, decolonial e libertadora, afinal, enquanto entendermos o mundo de forma dividida, tudo aquilo que não se encaixa no saber ocidental seguirá sendo visto como sinônimo de atraso, como no Brasil e demais países em Abya Yala.

Os saberes dos povos originários não são subalternos, foram subalternizados e reduzidos em sua potencialidade. Considerá-los conhecimentos legítimos é uma alternativa epistêmica revolucionária capaz de superar as visões racistas e universalistas enraizadas no mito da arte. Reconhecer o papel ativo dos povos originários e as suas cosmovisões na produção de conhecimento, é um caminho para construir noções alternativas sobre estéticas e artes que vão além da materialidade e das dicotomias existentes na estética dominante do Norte. Nesse processo, as discussões do Bem Viver, inter-relacionadas com o pensamento freiriano e as experiências estéticas dos povos originários trazem aportes para pensar a importância de se aprender com os movimentos indígenas e populares, na busca por construir coletivamente uma educação estética mais humana, biocêntrica e solidária.

Referências

COLL, Liana; MENEZES, Adriana Vilar de. Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado. **UNICAMP**, Campinas, 24 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado>>. Acesso em 18 fev. 2023.

DUSSEL, Enrique. Sete hipóteses para uma estética da libertação. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, n. 52, jul/dez, 2019. p. 3-39.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2013b.

FRIGGERI, Felix Pablo. Biocentrismo ancestral: uma ecologia mais profunda. **Le Monde Diplomatique Brasil**. série Desafios da Integração, 03 de junho de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/biocentrismo-ancestral/>>. Acesso em 20 jun. 2022.

FRIGGERI, Félix Pablo. Algunas claves del aporte de los intelectuales indígenas para pensar desde América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 11, N. 3, p. 19-49, 2017.

FUNERAL Bororo. **Bororo Museu Virtual UNB**, 2021. Disponível em: <<http://bororo.museuvirtual.unb.br/index.php/pt/>>. Acesso em 28 jun. 2022.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Entrada; e Das utopias ao mercado. In. GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da USP, 2000.

GIROUX, Henry. Paulo Freire e a política de pós-colonialismo. In: MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir (Orgs.). **Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 191-202.

GÓMEZ, Pedro Pablo; MIGNOLO, Walter. **Estéticas decoloniales**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012. 92p.

GRAÚNA, Graça. Dos saberes indígenas: o nosso papel também é fazer arte. **Revista Literatura em Debate**, v. 12, n. 22, p. 223-230, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/2936/2471>>. Acesso em 25 jul. 2022.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos ao longo do século XVI. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016, p. 25 a 50.

GUDYNAS, Eduardo. **Buen Vivir: un necesario relanzamiento**. **Revista Yachaykuna**, Equador, n. 13, p. 40-47, junio, 2010.

KOPENAWA, D. e ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xama yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Cia das Letras, 2015.

LECCI, Alice Lino. Pagiwuguwo: tornemo-nos corpos! A formação corpórea no rito funeral Boe. In. DAMIÃO, Carla Milani e BRANDÃO, Caius (org.). **Estéticas indígenas: III Colóquio de Estética da FAFIL/UFG**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Esteticas_Indigenas_-_ebook.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

MACAS, Luis. El Sumak Kawsay. **Revista Yachaykuna**, Equador, n. 13, p. 13-39, junio, 2010.

OLIVEIRA, Rachel Cecília de. Aporias da pluralidade: como (...) sobre o que ainda não existe. In. DAMIÃO, Carla Milani e BRANDÃO, Caius (org.). **Estéticas indígenas: III Colóquio de Estética da FAFIL/UFG**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Esteticas_Indigenas_-_ebook.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

PALERMO, Zulma. El arte latinoamericano en la encrucijada descolonial. In: Palermo, Z. (Comp). **Arte y estética en la encrucijada descolonial**. Buenos Aires: Del Signo, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala - tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, PR, Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231> Acesso em 20 jun. 2022.

QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir” para redistribuir el poder: los pueblos indígenas y su propuesta alternativa en tiempos de dominación global. **Revista Saberes Yachaykuna**, Equador, p. 47-63, 2010.

REDIN, Marita Martins. Estética. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 193-195.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. Dragões, borboletas e brasis. **Folha de S. Paulo**. Caderno de Resenhas. 01 de maio de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/9.html>. Acesso em 20 jun. 2022.

VELTHEM, Lucia Hussak van. “Evocar outras realidades”: considerações sobre as estéticas indígenas. In. DAMIÃO, Carla Milani e BRANDÃO, Caius (org.). **Estéticas indígenas: III Colóquio de Estética da FAFIL/UFG**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Esteticas_Indigenas_-_ebook.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

XAPIRI: Iniciativa e mobilização dos encontros de Xamãs. Direção: Leandro Lima e Gisela Motta, Laymert Garcia dos Santos e Stella Senra, Bruce Albert. Produção: Cinemateca Brasileira e Instituto Socioambiental. Brasil, 2012. (55:03) Disponível em: <<https://vimeo.com/47012586>>. Acesso em 20 jun. 2022.